



As conseqüências históricas da ausência do jornalismo na cobertura do Incidente na Pacheco Fernandes: os bastidores da construção de Brasília no governo JK¹

Alexandre Nonato²

Aluno do mestrado de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo:

O presente artigo pretende apresentar brevemente a proposta do projeto de mestrado que este autor está desenvolvendo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo do projeto é discutir os efeitos da ausência do jornalismo na cobertura de fatos relevantes, tendo como foco o incidente ocorrido na construtora Pacheco Fernandes Dantas, envolvendo dezenas de trabalhadores em uma suposta chacina, durante a construção de Brasília, em fevereiro de 1959.

Palavras-chave

História do Jornalismo, Cobertura jornalística, Ética e deontologia, Verdade e objetividade e Juscelino Kubitschek.

¹ Trabalho apresentado a Divisão Temática de Jornalismo (DT 01), do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001); pós-graduado em Docência do Ensino Superior; mestrando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trabalhou no *website* Panorama Brasil, nos jornais DCI (Diário de Comércio, Indústria & Serviços) como repórter de Política; Gazeta do Povo (free-lancer); A Gazeta do Iguazu (repórter, editorialista e editor-chefe).
E-mail: alenonato@yahoo.com.br



1. Introdução

Quando se discute ética jornalística, grande parte dos autores remete a problemas concretos, fatos, abordagens de publicações, que são colocadas no centro das discussões. Por exemplo, os excessos da imprensa na cobertura da Escola Base ou até mesmo as discussões atuais sobre o sensacionalismo da mídia na cobertura atual do caso Isabella Nardoni, que praticamente monopolizou a cobertura jornalística no mês de abril de 2008.

Por outro lado, uma situação crítica é quando um acontecimento, de relevância sócio-política, não é investigado satisfatoriamente pela mídia trazendo conseqüências para a percepção e interpretação da realidade. Se uma ocorrência não é registrada, historicamente ela não existe; se ocorreu há décadas e é encontrada em poucas fontes, sua difusão e universalidade é pequena.

De acordo com Medina (1988), a História se interessa pelo acontecimento e pelas conexões do mesmo, enquanto o jornalismo procura registrar acontecimentos isolados (se interessando pelo passado e futuro na medida em que projetam luz sobre o presente). Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História.

Segundo Karam (1997:94), “o maior número possível de informações, no maior número possível de veículos, com a maior densidade possível de controle social são princípios bastante razoáveis para permitir o maior número possível de fatos em suas sucessivas e diferenciadas versões, interpretações, opiniões”. Isso significa que o jornalismo precisa ter uma conexão com a totalidade social como atividade e, ao mesmo tempo, refletir a diversidade das muitas particularidades sociais que se expressam cotidianamente.

Em um período como hoje é muito difícil um acontecimento como uma chacina passar despercebida pela imprensa, já que os atuais recursos tecnológicos possibilitam maior facilidade e rapidez na apuração dos fatos. Mas, em 1959, quando uma viagem do Rio de Janeiro à Brasília demorava em média dois dias, sem infra-estrutura de comunicação adequada, o acesso à informação era mais difícil (Silva, 1999).

Mesmo considerando os atenuantes do contexto da época, havia uma imprensa escrita atuante, diversificada, que pouco investigou o incidente na Pacheco Fernandes. Para garantir o direito social à informação, a imprensa tem que ter um compromisso moral com a investigação em busca da verdade e do entendimento da realidade em que vivemos. Evita-se, assim, o jornalismo como forma de comunicação que serve para



reforçar a hegemonia ideológica da burguesia e reproduzir a dominação da classe (Meditsch, 1992).

2. O fato em questão

Dia 8 de fevereiro de 1959, domingo, segundo dia de carnaval, um *incidente* ou *conflito* (conforme noticiaram os jornais na época: Diário de Pernambuco, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, O Globo, Última hora), um massacre (de acordo com Teixeira, 1982; Carvalho, 1992; Lopes, 1996) ou uma repressão (Couto, 2002) ocorreu no acampamento dos funcionários da construtora Pacheco Fernandes Dantas, durante a construção de Brasília, denominada *meta-síntese* do governo Juscelino Kubitschek.

A construtora Pacheco Fernandes Dantas foi responsável por importantes obras em Brasília como o Palácio da Alvorada, o Hotel Nacional, o Palácio do Planalto, o Brasília Palace Hotel e muitas outras. Segundo as referências já mencionadas, a Guarda Especial de Brasília (GEB) reprimiu com violência um motim dos trabalhadores devido à precariedade das refeições servidas no refeitório, ocasionando mortes e ferimentos. A maioria das publicações oficiais sobre a história de Brasília não deu importância ao fato, muitas vezes ignorando totalmente a ocorrência. O acontecimento permanece mal-contado, distorcido, com exceção de poucos trabalhos científicos.

Depoimentos das vítimas sobreviventes contam que o conflito com a GEB foi o ápice da indignação dos trabalhadores quanto ao tratamento que recebiam na Pacheco Fernandes. Apesar da razoável remuneração, muitos reclamavam das condições de trabalho, da precariedade da comida, da pressão para trabalho ininterrupto visando cumprir os prazos de entrega (Ayres, 1990; Soeiro, 1990; Queiroz, 1991).

Em 14 meses Brasília seria inaugurada. Na véspera de carnaval, os candangos estavam esgotados fisicamente. Esperavam com ansiedade o salário e a folga para se divertirem nas cidades vizinhas. Segundo depoimento de candangos, o salário da semana não foi pago e para piorar, no sábado, 7 de fevereiro de 1959, a água do acampamento foi cortada. Imundos, os operários não puderam se arrumar para se divertir no carnaval. A coincidência foi interpretada como uma estratégia para mantê-los trabalhando nas obras (Teixeira, 1982:185).

No domingo à noite a gota d'água: dois carpinteiros chegaram atrasados e bêbados para a refeição e teriam recebido marmitas em péssimas condições de higiene. Os dois operários começaram a confusão: jogaram as marmitas no chão, quebraram mesas, intimidaram o cozinheiro-chefe.



O segurança do acampamento veio rápido, mas não conteve a ira dos trabalhadores. Três guardas foram acionados para deter os responsáveis pela confusão. Ao dar ordem de prisão dezenas de operários cercaram os guardas e impediram a ação. Não se sabe exatamente como e por quem, mas o Departamento de Segurança Pública foi informado de que três guardas se achavam na iminência de serem mortos.

Na versão oficial, por volta da 21h, 27 policiais foram ao acampamento armados com revólver calibre 38. Na versão extra-oficial de muitos candangos foram pelo menos 60 policiais, armados com revólveres e pequenas metralhadoras. Chegaram ao local atirando. Muitos operários fugiram, mas nem todos conseguiram escapar dos tiros. Mesmo quem estava dormindo e nada sabia sobre a confusão foi perseguido. O inquérito policial aponta 45 trabalhadores agredidos (Rocha, 2004).

A partir daí a disparidade entre a versão do inquérito militar e os relatos dos candangos é enorme. A história oficial apresenta um morto e três feridos. Entre os sobreviventes do incidente há especulações que vão de 20 a mais de 100 assassinados naquele dia (Teixeira, 1982; Frederico, 1980).

Eronildes Queiroz (1991) contou que trabalhava na cozinha da Pacheco Fernandes no dia da ocorrência, viu pessoas fugindo, “pulando o arame” para chegar ao acampamento da construtora Rabello. Observou tudo escondido da cozinha por brechas na parede, “parecia um banguê-banguê”.

Um dos encarregados de obras da Pacheco Fernandes, Benjamin Francisco Pinheiro (2004), que presenciou o acontecimento, declarou que fugiu quando viu chegar o caminhão com soldados atirando. No dia seguinte voltou depois de passar a “noite escondido no mato”. Os alojamentos dos pedreiros e carpinteiros foram baleados. Ninguém trabalhou no dia seguinte. Pinheiro pediu demissão, mas não aceitaram. Ele foi embora para Goiânia sem nada receber. Anos mais tarde retornou à Brasília para trabalhar.

Segundo depoimento do desembargador Lúcio Batista Arantes ao jornal Estado de Minas (Rocha, 2004), o processo aberto da Comarca de Planaltina, que investigou o caso, apontou a morte do operário Evaristo Soares Brandão (atingido por um tiro). Além disto, foram também baleados, mas sobreviveram: Antônio de Souza, Antônio Ubaldo Moraes e Francisco Clemente dos Santos. Arantes nega que houve um massacre: “era um caso que não teria toda essa repercussão, mas na época havia muita oposição à Brasília e um jornal de Belo Horizonte, chamado *Binômio*, contrário à política de JK, fez um escândalo medonho”. O desembargador, no entanto, não explica por que a



maioria dos grandes jornais se limitou a apuração do fato à distância, enquanto o jornal Binômio enviou um repórter e um fotógrafo para investigar presencialmente o fato em Brasília (Paiva, 2009).

Outro aspecto mal explicado: uma semana depois da ocorrência no acampamento, mais de 80 malas teriam sido abandonadas. Segundo a versão de alguns trabalhadores seriam os pertences dos operários mortos; para Arantes, os operários amedrontados foram embora do Planalto Central. Mas, se não houve um massacre, de acordo com o desembargador, por que estariam amedrontados? E mesmo que estivessem, por que deixariam seus pertences no acampamento? Um debate que infelizmente ficou à margem da imprensa brasileira na época.

Ainda sobre estas malas, o testemunho da lavadeira, Dona Suzana, no filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1992), de Vladimir Carvalho, coloca em xeque a versão oficial. Dona Suzana, sem nada saber do que ocorreu na noite anterior, foi ao local entregar roupas lavadas aos trabalhadores. Perto do acampamento cruzou com um camburão e um guarda a alertou: “Não vá, a senhora está louca? Não pode passar aí”. E ela: “Por que não posso passar? Eu lavo roupa para esse povo”. O homem disse: “Não, a senhora não pode porque teve umas mortes, mataram muita gente aí. Quarenta e uma pessoas foram mortas aí”. D. Suzana foi embora levando malas cheias de roupas lavadas e passadas, que nunca foram reclamadas. Anos depois, doou tudo para colegas.

O jornalista Dídimo Paiva (2004), enviado especial do jornal Binômio, esteve em Brasília um dia depois do incidente. Segundo apurou, 22 pessoas teriam morrido e vários ficaram feridos. Conversou com trabalhadores hospitalizados e depois de um ano, quando voltou a procurá-los nunca mais os encontrou. Os grandes jornais não deram a notícia com detalhes e havia um clima de constrangimento na cidade.

De acordo com Teixeira (1982:167), os guardas da GEB não estavam preparados para exercer a função policial e nem foram treinados ou qualificados para o contato diário com a população trabalhadora. Eram homens truculentos, alguns acusados de crimes. O principal critério de recrutamento era o indivíduo ser forte e alto. A função da GEB era garantir a ordem e o controle da população do Núcleo Bandeirante e dos acampamentos das construtoras.

O fato só chegou ao conhecimento da imprensa porque uma associação de trabalhadores, que mais tarde formaria o primeiro sindicato em Brasília, enviou telegramas informando a imprensa do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de outras capitais o ocorrido (Nader, 2004).



Assim, o tema só foi lembrado em poucos livros e matérias jornalísticas que tentaram fazer um resgate histórico da ocorrência. As principais biografias sobre Juscelino Kubitschek ou livros históricos sobre Brasília nem mencionam o episódio. É o caso das cinco autobiografias de Juscelino Kubitschek: *A Marcha do Amanhecer* (1962); *A Experiência da Humildade* (1974); *Por que Construí Brasília* (1975); *A Escalada Política* (1976); *50 Anos em 5* (1978).

Das biografias mais conhecidas sobre JK, a única que recebe uma menção de meia página sobre a ocorrência na Pacheco Fernandes, é o livro de Couto (2002:104), *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Já *Bojunga* (2001), *Cony* (2002), *Heliodoro* (1991), *Jardim* (1999) e *Montello* (1999) ignoram o fato em suas publicações. O mesmo acontece com obras renomadas sobre a construção de Brasília de *Vasconcelos* (1989), *Silva* (1999), *Viana* (2000) e *Tamanini* (2003).

Do ponto de vista jornalístico, o incidente da Pacheco Fernandes foi pouco explorado pela mídia impressa, sendo destacado principalmente pelo jornal *Binômio*, conhecido pela oposição explícita ao governo Juscelino Kubitschek.

3. Foco da pesquisa

Visto o contexto exposto acima sobre o incidente na Pacheco Fernandes, durante a construção da capital federal, e a sua exclusão da historiografia oficial de Brasília, e conseqüentemente do Brasil, cabe perguntar: Na época, qual foi o destaque dado pela imprensa escrita ao incidente na Pacheco Fernandes? Em que medida a ausência de cobertura jornalística contribuiu para deixar uma lacuna histórica sobre o incidente na Pacheco Fernandes?

O incidente da Pacheco Fernandes foi publicado pela mídia impressa nacional, porém seu destaque, investigação e debate foram insuficientes. Por se tratar de um período de carnaval, muitos veículos da época, inclusive os grandes jornais, não imprimiram suas edições no período, mostrando insuficiência não apenas na cobertura, mas também na estrutura profissional das empresas jornalísticas da época. Tal condição prejudicou, neste incidente específico, a diversidade, a pluralidade e a universalidade das fontes jornalísticas, fundamentais para garantir o direito social à informação.

Embora, o foco central desta pesquisa não seja a “reconstrução histórica” e sim o papel do jornalismo, a ética jornalística e seu compromisso com a verdade, considera-se aqui essencial a contextualização histórica da época para que outros pesquisadores no futuro possam consultar as mesmas fontes com outros enfoques.



4. Referenciais teóricos

Este trabalho visa contribuir para a discussão do papel do Jornalismo na construção do conhecimento, da história política, na democratização da informação; na responsabilidade de publicar ou não publicar algo levando em conta as conseqüências; na mediação que os meios de comunicação exercem sobre a realidade. Neste sentido, será imprescindível uma discussão envolvendo ética e deontologia no jornalismo.

Para isto, partiremos aqui principalmente dos pressupostos deontológicos apresentados por Daniel Cornu (1994:56-76):

- 1) A missão da imprensa;
- 2) O direito à informação;
- 3) A verdade como dever fundamental.

Enquanto alguns códigos deontológicos discutem o “respeito” a verdade, outras entendem que o principal é procurá-la para atender os três itens acima. Neste sentido Lippmann (2008:179-184) distingue a notícia (*news*) e a verdade (*truth*). A notícia, logo a informação, reflete apenas um fragmento do conhecimento do objeto, tendo como função assinalar um acontecimento. Já a verdade pressupõe uma procura, uma revelação de fatos ocultos, mostrando a relação entre eles e permitindo destacar uma imagem da realidade.

“A função da notícia é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer à luz fatos escondidos, colocá-los um em relação ao outro e fazer um quadro da realidade no qual os homens possam agir. Somente nesses pontos, em que as condições sociais assumem uma forma reconhecível e mensurável, é que o corpo da verdade e o corpo da notícia coincidem” (Lippmann, 2008:179).

O conceito destacado por Lippmann sobre *notícia* e *verdade* será importante neste trabalho, pois pretendemos mostrar através das amostras coletadas das informações publicadas nos jornais da época, sobre a Pacheco Fernandes, que nem sempre *noticiar* significa necessariamente *mostrar a verdade*. Ocorre que todos os jornais mencionados, com exceção do Binômio, noticiaram o incidente com informações coletadas à distância, por telefone. Os textos (na verdade, notas de poucos parágrafos) mostram informações díspares e contraditórias quando confrontadas entre si.

Outro autor que enfatizou a importância da verdade como dever fundamental no jornalismo foi Rui Barbosa. O jurista criticou duramente, já no começo do século XX, o fornecimento de subvenções pelo governo aos principais jornais do país a fim de sanar



suas dívidas. Para ele, tal medida corrompia o trabalho dos jornalistas (Barbosa, 2007:48).

“A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo, acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lha clareia é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa” (Barbosa, 2007:32-33).

O papel da imprensa para Rui Barbosa é buscar a verdade e, para isso, deveria exercer esta função com integridade moral. Segundo ele, um país de “imprensa degenerada” é um país cego e “miasmado”; de idéias falsas e sentidos pervertidos; que não luta contra os vícios que exploram as instituições do país (2007:35).

O jornalista Carlos Lacerda, que mostra evidente influência de Rui Barbosa, também persegue o ideal da verdade no trabalho jornalístico. Contemporâneo de Juscelino Kubitschek, Lacerda foi um dos maiores opositores de Brasília e do seu governo. O autor de *A Missão da Imprensa* afirma que só existirá liberdade de imprensa quando o jornalismo estiver a serviço da verdade. Lacerda considera que não se pode silenciar nem em nome da prudência e que o interesse público, a obrigação social e o direito à informação devem estar acima do comedimento.

Silenciar, em muitos casos, para Carlos Lacerda, é ser cúmplice (o que na prática significa que não há liberdade). O jornalismo deve zelar pela verdade, com independência de interesses particulares ou de grupos que desejam silenciá-la. Na busca pela verdade, ela crítica veementemente o jornalismo amarelo, classificando o sensacionalismo como uma doença da imprensa livre e a demagogia como uma doença da democracia, pois não estaria a serviço da sociedade, nem reforçando valores éticos (Lacerda, 1990).

Barbosa Lima Sobrinho, na década de 1920, também já destacava o papel da imprensa para trazer à tona a verdade. Para o autor de *O Problema da Imprensa*, o Jornal é acusado de “boateiro” e “disseminador constante de notícias infundadas”. Por outro lado, para ele, os momentos em que circulam mais notícias falsas são aqueles quando “a imprensa se cala” (1997:116). O jornalista também ressalta a relevância do



apoio dos jornais nas campanhas liberais e abolicionistas, agindo assim como um elemento de educação e agente civilizador da sociedade.

“O jornal é civilizador. As nossas campanhas liberais contaram com o seu esforço e não houve nenhuma grande idéia que não se apoiasse na sua força. Haja vista o movimento da abolição, em que se observou na imprensa, unanimidade até o ponto de jornais conservadores, como *A Tribuna*, do Recife, pugnarem contra a escravidão. No longínquo Amazonas se congregavam todos os jornais na batalha a favor dos escravos; e depois da vitória esqueciam os seus ressentimentos para se unirem num ato de entusiasmo, que foi aquele número especial – *A Imprensa Unida* – publicado a 31 de maio de 1888. A mensagem, que então se enviou à princesa Isabel, começava com estas palavras: ‘A Imprensa Amazonas, representada pelos jornais de todos os matizes políticos, literários e comerciais, agremiam-se cheios de júbilo e entusiasmo para render a S. A. Imperial as suas homenagens’ (Sobrinho, 1997:117).

Barbosa Lima Sobrinho ainda menciona o jornal como fiscalizador do governo; a imprensa servindo de anteparo e proteção para as liberdades individuais; as notícias jornalísticas compensando a falta de educação democrática da população, freando a desonestidade de políticos.

Também é proposta deste trabalho identificar até que ponto o incidente na Pacheco Fernandes foi apurado jornalisticamente pelos veículos de comunicação impressos da época no Brasil; comparar os conteúdos publicados sobre o incidente (a apuração dos fatos, o destaque, as tendências).

Neste sentido, busca-se no presente trabalho discutir as conseqüências que a insuficiente cobertura jornalística, de um acontecimento de relevância político-social, pode trazer na historiografia e na interpretação da sociedade em que vivemos. Considera-se aqui uma cobertura jornalística satisfatória não apenas quanto a ética e a objetividade da produção da matéria jornalística em si, mas a pluralidade de observação e de relato para que o leitor possa confrontar as versões. Isto se desdobra em diversidade de fontes, de canais e de núcleos receptores, possibilitando que acontecimentos sejam interpretados e reproduzidos sob ângulos diferentes (Marques Melo, 2006:49). Tal condição é também fundamental para garantir o direito social à informação.

Este tema foi pouco investigado em pesquisas acadêmicas, apesar de existirem fontes nas bibliotecas públicas, por exemplo, na Universidade de Brasília, no Arquivo Público do Distrito Federal, no Instituto Histórico Geográfico do Distrito Federal, entre outras. Os estudos sobre o tema focaram no âmbito histórico, sociológico, ideológico, sem, no entanto, ter como objeto de investigação o jornalismo impresso da época. Este



trabalho pretende contribuir para a discussão de que fatos históricos não são irredutíveis, tendo o jornalismo um papel fundamental na interpretação da realidade.

5. Considerações finais

O trabalho se realizará através da análise de conteúdo histórico, especificamente a cobertura jornalística feita em 1959 pela mídia impressa sobre o incidente no acampamento da Pacheco Fernandes. Será fundamental examinar este episódio, considerando a realidade social daquele momento do mundo, do Brasil, inclusive das particularidades de Brasília na fase de construção, identificando a relevância do jornalismo enquanto fonte ou instrumento que dá acesso aos fatos históricos e atuando também como agente de construção da sociedade.

Segundo Abreu, os anos 50 foi um período de grandes transformações dos jornais brasileiros, pois se tornaram, de fato, empresas comerciais detentoras de poder econômico, introduzindo inovações técnicas, gráficas e editoriais. Foi uma década em que a imprensa teve papel determinante na transformação histórica, por exemplo, na crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 (Abreu, 1996:10).

Este trabalho terá sua coleta de dados a partir do já foi publicado pela imprensa nacional sobre Brasília, hoje disponível no Arquivo Público do Distrito Federal (ArpDF) e no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF), ambas situadas em Brasília e abertas ao público. A biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) também conta com acervo importante sobre o tema, incluindo material científico de teses de mestrado e doutorado.

Atualmente já foi coletado o material de 11 jornais da época (A Notícia, Binômio, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário de Pernambuco, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Estado de S. Paulo, O Globo, Tribuna da Imprensa, Última Hora), além de entrevistas com trabalhadores que estiveram em Brasília, durante a sua construção.

Os resultados parciais desta pesquisa serão encaminhados para publicações e futuros eventos de Jornalismo e Comunicação.



REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 7 a 60.

BOJUNGA, Cláudio. JK, O Artista do Impossível. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CARVALHO, Vladimir. Conterrâneos Velhos de Guerra: opinião crítica e roteiro. Brasília: GDF/ Secretaria de Cultura/ Fundação Cultural do DF, 1997.

CONY, Carlos Heitor. JK: como nasce uma estrela. 1. ed.; Rio de Janeiro: Record, 2002.

CORNU, Daniel. Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação. 1 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Editora Record, 2002.

HELIODORO, Affonso. JK, Exemplo e Desafio. Brasília: Thesaurus, 1991.

KARAM, Francisco José. Jornalismo, Ética e Liberdade. 1. ed. São Paulo: Summus, 1997.

KUBITSCHEK, Juscelino. A Marcha do Amanhecer. 1. ed. São Paulo: Bestseller, 1962.

KUBITSCHEK, Juscelino. A Experiência da Humildade – Meu Caminho para Brasília. vol. I, 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

KUBITSCHEK, Juscelino. Por que Construí Brasília. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.

KUBITSCHEK, Juscelino. A Escalada Política – Meu Caminho para Brasília. vol. II, 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1976.

KUBITSCHEK, Juscelino. 50 Anos em 5 – Meu Caminho para Brasília. vol. III; 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978.

JARDIM, Serafim. JK, onde está a verdade? 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LACERDA, Carlos. A Missão da Imprensa. São Paulo: Edusp, 1990.



LIPPMANN, Walter. Notícia, verdade e uma conclusão. In: A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. 1. ed. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LOPES, Luís Carlos. Brasília, o enigma da esfinge: a construção e os bastidores do poder. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. O Conhecimento do Jornalismo. Florianópolis: Editora, UFSC, 1992.

MONTELLO, Josué. O Juscelino Kubitschek de Minhas Recordações. 2. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ORICO, Osvaldo. Brasil, capital Brasília. 3. ed.; Rio de Janeiro: Record, 1961.

SILVA, Ernesto. História de Brasília. 4. ed. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O Problema da Imprensa. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

TAMANINI, L. Fernando. Brasília: memória da construção. 2. ed. Brasília: Livraria Suspensa, 2003.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. Brasília: o outro lado da utopia (1956-1960). Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Geografia e História, 1982.

VASCONCELOS, Adirson. A Epopéia da Construção de Brasília. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

VIANA, Francisco. Brasília a capital do século 21: uma biografia poética. São Paulo: Editora Três Ltda, 2000.

Entrevistas realizadas

CARVALHO, Vladimir. Brasília (DF). Entrevista concedida a Alexandre Nonato. 27/04/2004.

PINHEIRO, Benjamin Francisco. Ceilândia (DF). Entrevista concedida a Alexandre Nonato e Manoel Jevan, 28/04/2004.

PAIVA, Dídimo. Belo Horizonte (MG). Entrevista concedida a Alexandre Nonato e Eduardo Martins, 30/09/2004 e 24/02/2009.



Entrevistas do Arquivo Público do DF

ARANTES, Lúcio Batista. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 33 p.

AYRES, Walter Pereira. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 44 p.

MENDONÇA, Suzana Conceição. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 36 p.

QUEIROZ, Eronildes Guerra de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991. 48 p.

SOEIRO, José Irismar. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 28 p.

Jornais e Revistas

DUBEUX, Ana. Mito ou massacre? Correio Braziliense, Brasília, p. 4 (Cidades), 19 de abril de 2000.

FREDERICO, Jorge. É carnaval. A GEB metralha operários. Jornal de Brasília, p. 15-17 (Cidade), 20/21 de abril de 1980.

LORENA, Talita. Sombra paira sobre capital há 4 décadas. Hoje em Dia, Brasília, p. 10-11, 20 a 26/8/2000.

PAIVA, Dídimo. Polícia De Facínoras Transformou Brasília Em Capital do Cangaço. Binômio, Belo Horizonte, p. 6, 16 de fevereiro de 1959.

ROCHA, Marcelo. Documento desvenda ‘massacre’ de Brasília. Estado de Minas, Belo Horizonte, p.10, 23 de julho de 2004.